

Em reunião realizada no Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal...

F. Delgado: demissão do governador

Em reunião realizada no Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal...

Militares sem acumulação de vencimentos

Os militares não são autorizados a acumular dois cargos de natureza semelhante...

Para breve a divulgação do caso das eleições

Os resultados das eleições municipais serão divulgados em breve...

Nova direção na E. N. dentro de semanas

A nova direção da Empresa Nacional de Energia Elétrica será nomeada em breve...

Lei da Radiodifusão regressa a Conselho de Ministros

O projeto de lei que regula a radiodifusão foi encaminhado ao Conselho de Ministros...

Vitor Constâncio no Banco de Portugal

Vitor Constâncio foi nomeado para a direção do Banco de Portugal...

Freitas do Amaral "responderá ao país"

Freitas do Amaral assumirá a responsabilidade do governo português...

Adidas as conversações Portugal-FRELIMO

As negociações entre Portugal e o FRELIMO continuam em andamento...

Segundo a Comissão Desamortizadora Central do MFA:

"Nas democracias populares é o povo que está no poder"

Em 1948, o povo está no poder nas democracias populares...

Impasse no caso "República" pode provocar saída dos ministros socialistas

Um impasse no caso "República" pode provocar a saída dos ministros socialistas...

Situação desesperada em Luanda

A situação em Luanda é desesperada devido à falta de alimentos e medicamentos...

Como vai a Constituinte? Depoimentos de: Aníbal de Costa (200), Mota Pinto (700), Diamantino Ferreira (2400), Lopes Cardoso (95), Octávio Pato (700), Américo Duarte (300)

Portugal é o futuro? Não! Portugal é o futuro? Não! Portugal é o futuro? Não!

Os fatores decisivos no Portugal no futuro? O futuro de Portugal depende de vários fatores...

Costa Gomes regressa de França com garantias importantes

Costa Gomes regressa de França com garantias importantes para a estabilidade do país...

Congelamento de bens não admite recurso para os tribunais

O congelamento de bens não admite recurso para os tribunais...

Costa Gomes regressa de França com garantias importantes

Costa Gomes regressa de França com garantias importantes para a estabilidade do país...

TISSONIC um relógio electrónico TISSOT TISSOT que conquista todos os dias

## Fusão de bancos

ENCONTRA-SE pronto para apreciação em Conselho de Ministros o decreto-lei que regulamentava a fusão de duas ou mais instituições de crédito nacionalizadas.

O diploma, que será apreciado na próxima semana, surge no momento em que se fala insistentemente da fusão de algumas instituições bancárias, como o BIP e o Crédito Fretal Português, instituições essas que já detinham entre si intensas relações jurídicas de inter-dependência.

No passado, a legislação portuguesa listava substancialmente as fusões de sociedades comerciais, e era totalmente omissa quanto a fusão de instituições de crédito públicas.

## P. Delgada : demissão do governador

CINCO MIL pessoas manifestaram-se ontem, em Ponta Delgada, nos Açores, frente ao Palácio do Governo contra o governador, Borges Covinho, e pelo samentamento do emissor de rádio regional, exigindo nomeadamente a saída imediata de um locutor. O Governador de Distrito Autónomo tentou tossar a palavra mas foi disso impedido pela multidão, pelo que nessa mesma ocasião se declarou demissionário do seu cargo, o que foi aceite pelo Governador Militar que assumiu internamente as funções. Para perceber o contexto em que se passava a referida manifestação, iniciativa de honras da lavoura açoriana, convirá recordar que em Ponta Delgada o PPD e P3 somaram quase 90% dos votos. Desde ontem a tarde, as sedes dos quatro partidos estão guardadas por militares, enquanto populares ocuparam o emissor e o aeroporto. Heina uma certa desordem nas ruas.

Entretanto, tinha chegado aos Açores o major Canto e Castro que declarou o já tentar resolver os graves problemas que aliciam o arquipélago. Foi anunciada para breve uma comunicação do Governador Militar.

## Militares sem acumulação de vencimentos

DE ACORDO com uma deliberação, tomada por aclamação, na última Assembleia Geral do MFA, os oficiais, sargentos e praças que desempenhem funções civis, não acumularão os vencimentos militares com os correspondentes àquelas funções.

## Para breve a divulgação do custo das eleições

SERÃO brevemente divulgados os resultados globais das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, com desagregação por distritos, concelhos e freguesias, sendo estes elementos acompanhados por indicadores socio-económicos e culturais referentes a todas as regiões do país.

Ao mesmo tempo, deverá ser publicado o relatório da Comissão Nacional de Eleições, bem como a avaliação definitiva do custo global das eleições.

## Nova direcção na E. N. dentro de semanas

NA SEQUÊNCIA da sua recente viagem a Suécia e à Finlândia, o coronel Calvão Borges, Presidente da Direcção da Emissora Nacional começou a ser indigitado para Embaixador de Portugal na Suécia.

Calvão Borges deverá deixar o seu cargo na Emissora Nacional dentro de um mês, devendo com ele sair os restantes elementos da Direcção, órgão que funciona colegialmente.

Ainda esta semana, segundo círculos afectos ao departamento da Comunicação Social, deverão começar os contactos para a formação do novo elenco directivo.

## Lei da Radiodifusão regressa a Conselho de Ministros

DEVERA regressar a Conselho de Ministros, na próxima semana, o projecto da Lei da Radiodifusão, que foi já largamente examinado no âmbito do consenso das turmas da coligação. A rápida promulgação do diploma visa facilitar a resolução de casos pendentes na radiodifusão portuguesa.

## Vitor Constâncio no Banco de Portugal

FOI NOMEADO Director dos Serviços de Estatística e Estudos Económicos do Banco de Portugal, Vitor Constâncio, que no III Governo Provisório ocupou o cargo de secretário de Estado do Planeamento Económico.

O cargo agora preenchido estava vago desde que, Hernani Lopes o deixou para ocupar o cargo de Embaixador português na República Federal Alemã.

## Freitas do Amaral "responderá ao país"

DIOGO FREITAS DO AMARAL, deverá aparecer na televisão, na próxima quarta-feira, representando o CDS em «Responder ao País» onde já estiveram Mário Soares, Magalhães Mota e Alvaro Cunhal.

O programa com Freitas do Amaral deveria ter sido transmitido na passada quarta-feira, mas não o foi, apesar de o entrevistado e os três entrevistadores (José Carlos Megre, Adelino Gomes e José Manuel Galvão Teles) terem comparecido. O estudo não estava preparado, faltava o cenário de fundo e o cenógrafo de serviço, pelo que o realizador, Alfredo Tropa, não pôde apresentar «Responder ao País».

## Adiadas as conversações Portugal-FRELIMO

NOTICIA de última hora é o adiamento da ida da missão chefiada por Jorge Sampaio que deveria ter partido esta madrugada para Lourenço Marques para a terceira fase das negociações Portugal-Frelimo. O adiamento foi decidido hoje, a pedido da Frelimo.

Recorde-se que, em fases anteriores, foram já assinados protocolos que envolvem, entre outros, os sectores de Gabota Bassa, Banco Ultramarino, Transportes e Sociedades de Financiamentos.

Também recentemente estiveram em Lisboa elementos da Frelimo para avançar as negociações relativas ao Banco Ultramarino.

Com este adiamento, é natural que as próximas conversações se passem já depois da proclamação oficial da independência que será a 25 de Junho próximo.

## Impasse no caso "República" pode provocar saída dos ministros socialistas

FOI ONTEM pelas 22 horas tornado público o comunicado do Conselho da Revolução acerca do caso "República". Esta decisão era aguardada com grande expectativa, visto que, como se sabe, os ministros socialistas tinham feito depender a sua permanência no Governo da resolução do caso pelo Conselho da Revolução até à meia-noite de ontem.

Do teor do documento ressaltam os seguintes pontos:

O jornal reabrirá logo que a administração assim o solicite às autoridades militares que a seu pedido procederam ao encerramento das instalações.

A reabertura da "República" nas condições acima estipuladas pressupõe a garantia por parte do CR de que, enquanto não se proceder à sua revisão, se dará cumprimento integral à Lei de imprensa.

O CR de acordo aliás com o parecer emitido pelo Conselho da Imprensa e tendo ainda em conta

o debate público já iniciado espontaneamente sobre o assunto e para o qual a própria iniciativa dos trabalhadores da "República" muito terá contribuído, admite que o texto da Lei de Imprensa esteja inadequado no contexto da actual fase da revolução portuguesa. Nestas condições, recomenda ao Governo que, através do MCS, seja desde já iniciado o processo de revisão do referido diploma.

No mesmo comunicado se diz que não são admitidos sancionamentos (reivindicação posta pelos trabalhadores), assim como não serão admitidas transferências de trabalhadores de um serviço para outro sem seu livre consentimento (exigência posta pela administração).

Contactados individualmente Raul Rego, director da "República", Gustavo Saromenho, administrador e Arons de Carvalho, da redacção todos nos afirmaram que o comunicado era

inacessível do seu ponto de vista, que se manteriam firmes na sua posição de defender a liberdade de imprensa que, quanto a eles, o comunicado não garante.

Embora não tenhamos podido contactar qualquer dos ministros e de admitir que se manterá a posição de Mário Soares o qual, durante uma interrupção do Conselho de Ministros da passada 5.ª feira, manifestou ao Primeiro Ministro a intenção dos membros do Governo pertencentes ao PS confirmarem a sua decisão, recusando a hipótese de, através do MCS, ser publicado um comunicado que desmentisse a sua saída do Governo.

Pensa-se, no entanto, que tal decisão não será tornada pública antes do regresso de França, previsto para hoje às 22.30, do general Costa Gomes. E de presumir, por isso, que o problema (e a crise grave que dele pode resultar) só seja levantado na próxima 2.ª feira.

# Costa Gomes regressa de França com garantias importantes

A PARTE política da estadia em França do General Costa Gomes acabou quinta de manhã, em Paris, com entrevista de hora e meia, à sós, com Giscard d'Estaing, a quem se juntaram, logo a seguir, os respectivos persões. As relações bilaterais, principalmente o problema da emigração e os laços que unem Portugal à CEE constituíram os principais assuntos de discussão.

No que diz respeito à emigração, o secretário de Estado, Pedro Coelho declarou à saída da reunião que o Governo Francês tinha aceite 90% dos pedidos apresentados por Portugal, sobretudo no que se refere à assistência social, ao ensino do português e à formação profissional.

O General Costa Gomes recebeu, em geral, de Giscard d'Estaing a garantia de que a França deseja conduzir uma política orientada no sentido da promoção dos trabalhadores portugueses. Contudo sublinha-se do lado francês que não foi

tratado do problema do abrandamento da regulamentação de Julho de 74, que implicara a suspensão de entrada de emigrantes.

No domínio das trocas comerciais Giscard d'Estaing levantou a questão da sobretaxa imposta recentemente por Portugal às importações de França. A delegação portuguesa afirmou que se tratava de uma simples medida conjuntural e que de qualquer maneira as exportações francesas para Portugal (essencialmente bens de equipamento) não são de modo nenhum atingidas.

Por fim, no que diz respeito ao alargamento do acordo assinado em Julho de 72 entre Portugal e a CEE, a França parece encarar favoravelmente as diligências portuguesas. E, em todo o caso, a opinião de Melo Antunes, para quem o apoio do Governo Francês ao novo regime português já não levanta dúvidas. Contudo, em Paris, notam-se maiores reservas e acentua-se que se trata dum problema multilateral que o Conselho da CEE abordará provavelmente quando da sua

reunião de 24 de Junho. Portugal desejaria que houvesse uma reunião especial entre os representantes dos «Noves» e os delegados portugueses. No essencial, o Governo português deseja obter facilidades para a exportação de certos produtos industriais e agrícolas e uma ajuda financeira semelhante à geralmente previstas nos acordos de associação que passam pela Comunidade Europeia.

No domínio social o Governo português deseja também melhorar o Acordo de 1972, referente aos sectores da mão de obra, ao acesso ao trabalho e à assistência social.

Do lado francês parece natural o desejo expresso por Portugal de redefinir as relações que unem Lisboa e os «Noves». Contudo, mesmo que a França se mostre favorável ao novo regime português, não se esconde, em Paris, que tudo depende no final das garantias que Portugal possa dar relativamente às regras mais essenciais da democracia pluralista: o respeito pelas regras de livre troca e a manutenção dum sector de iniciativa privada no país.

Depois da sua saída do Elysée, quinta de manhã, o General Costa Gomes esteve alguns momentos com uma dezena de operários portugueses que trabalhavam na restauração do palácio presidencial, sem cerimónia, e manifestamente de improviso.

Aliás o Chefe do Estado parecia visivelmente satisfeito por abandonar durante alguns momentos as formalidades diplomáticas ao quebrar assim o protocolo.

O mesmo cenário havia de repetir-se um pouco mais tarde, diante da Câmara Municipal, onde mais de um milhar de nossos compatriotas esperava o Chefe de Estado, calorosamente saudado aos gritos de «MFA, MFA...» e «Unidade, Unidade...».

## Segundo a Comissão Dinamizadora Central do MFA: “Nas democracias populares é o povo que está no poder”

COM o título «O que é a política» divulgou a Comissão Dinamizadora Central do MFA um texto de apoio — número 9, destinado à dinamização cultural e Acção Cívica. O documento, que tem como objectivo o «apoio» às sessões de *Campaña de Dinamização Cultural* organizadas pelo MFA merece atenta leitura, visto ser dos mais reveladores sinais de uma das linhas de orientação política existentes, acerte, proposta e estimulada pela Comissão Dinamizadora Central (5.ª Divisão do EMOFA). Passamos a transcrevê-lo na íntegra:

1. Hoje, um ano após o derubamento da longa noite fascista, muita gente ainda pergunta o que é a democracia, o socialismo, o comunismo, etc. Tentaremos dar uma breve ideia do que isso seja.

Democracia significa um regime em que o Povo é que detém o poder político. O próprio

significado da palavra quer dizer isso mesmo.

De facto, se dividirmos a palavra *democracia* nas duas palavras gregas que a constituem (*demo* = povo) vemos que *demo* significa povo e *cracia* significa poder. Mas dito isto é possível que ainda não fiquemos a saber o que é a democracia, pela simples razão de que muitos de nós não sabem bem o que significa a palavra *Povo*.

O que é o Povo? Será que todos os habitantes de Portugal pertencem ao Povo? Um operário, um camponês, um empregado de escritório, um empregado de comércio, etc., pertencem efectivamente ao Povo. Mas os capitalistas pertencem ao Povo? Claro que não, estes homens não são Povo, mas sim exploradores do Povo. A nosso ver também não pertencem ao Povo todas aquelas pessoas cujo trabalho consiste em oprimir e explorar os trabalhadores por conta de capi-

talistas, ou seja, certos administradores, gerentes, encarregados, etc., que são verdadeiros laços dos exploradores.

Então o que é o Povo? Entendemos que só pertencem ao Povo a *que* e *as* pessoas que criam riquezas ou que para isso contribuem. Povo é portanto o conjunto dos trabalhadores de um país.

2. Agora que temos uma ideia do que é o Povo, já podemos entender melhor o que é a democracia. Isso evitará que sejamos enganados, perigo esse muito grande nos dias que correm em que quase toda a gente se diz democrática.

Portanto em que condições é que o Povo detém o poder, ou seja, em que condições é que há uma verdadeira democracia? Por exemplo haverá democracia (auténtica democracia) quando o Povo não é o dono das riquezas que cria? Se o poder económico estiver

nas mãos dos capitalistas, se forem eles a possuir as fábricas, as terras, as minas, os transportes, etc., acaso poderá haver um regime democrático? Claro que não. Sabemos que o poder económico é o mais forte, que no fundo é ele que comanda o poder político e o poder ideológico.

No regime que durou até ao dia 25 de Abril estes três poderes estavam nas mãos dos fascistas. Hoje a situação é diferente, os fascistas perderam o poder político e em boa medida o poder ideológico. Ficaram contudo com o poder económico, o mais forte de todos, como vimos já. Em face disso perguntamos: em Portugal há já uma verdadeira democracia? As medidas tomadas no actual processo revolucionário são os primeiros passos para esse regime.

3. É necessário distinguir-mos entre dois tipos de demo-

cracia: a democracia burguesa e a democracia popular.

Quando é que uma democracia é burguesa? Quando os burgueses (os capitalistas) estão no poder. E quando é que uma democracia é popular? Quando é o Povo que está no poder.

Uma democracia burguesa é só democracia de nome, de fachada. Há nela efectivamente algumas liberdades, as pessoas podem falar, reunir, associar-se, etc., mas também uma liberdade que mata em grande parte todas as demais que é a liberdade de o homem explorar o homem. Numa democracia burguesa os trabalhadores não têm verdadeira liberdade pela simples razão de que não são os donos dos meios de produção (fábricas, terras, minas, etc.).

Já não sucede assim nas democracias populares onde o Povo é que está no poder. E precisamente o que ocorre na Hungria, na Polónia, na Che-

coslováquia, etc., onde são os trabalhadores que detêm simultaneamente o poder económico, político e ideológico.

4. Que diferença há entre democracia e socialismo? Podemos dizer que uma verdadeira democracia é sempre um verdadeiro socialismo e vice-versa, um verdadeiro socialismo é sempre uma verdadeira democracia.

Tal como sucede com a democracia, hoje temos que referir dois tipos de socialismo: o socialismo burguês e o socialismo proletário.

Socialismo burguês é aquele que existe em certos países da Europa e que de socialismo só tem o nome. No fundo ele não se distingue muito da democracia burguesa, apenas lança um pouco mais de poeira nos olhos dos trabalhadores a fim de me-

(Continua na pág. 16)

## Com. Dinamizadora Central

(Continuação da pág. 1)

lhor ocultar a exploração capitalista.

Socialismo proletário é o mesmo que democracia popular. Há socialismo proletário na União Soviética, na Hungria, na Alemanha Oriental, na Bulgária, em Cuba, etc. Nestes países a exploração do homem pelo homem acabou definitivamente e por essa razão o socialismo aí existente não é uma fachada.

5. O socialismo proletário é a primeira fase do comunismo. O que é que distingue o socialismo do comunismo? Podemos dizer assim: as riquezas no socialismo são distribuídas «a cada um segundo o seu trabalho», no comunismo são distribuídas «a cada um segundo as suas necessidades».

Convém referir mais em pormenor estas duas fórmulas. Se aceitarmos que as riquezas sejam distribuídas «a cada um segundo o seu trabalho» estamos a liquidar a possibilidade de haver quem viva à custa do

trabalho dos outros, ou seja, a liquidar o capitalismo. Um regime no qual os trabalhadores recebem de acordo com aquilo que produzem é um regime justo e humano e conduz a uma maior produtividade no trabalho pelo incentivo que provoca. Criam-se assim as condições para construir sociedades de abundância onde os trabalhadores recebem já não de acordo com o que produzem mas sim de acordo com as suas necessidades. Esta será pois a sociedade comunista.

Muita gente não crê que haja possibilidades de se criarem sociedades comunistas. Afirmam que o homem é por natureza egoísta, que se acaso lhe dessem a possibilidade de ter as coisas de acordo com as suas necessidades não haveria produção capaz de satisfazê-las. Esta é uma ideia pessimista acerca da natureza do homem, em grande parte inculcada nas pessoas pelas várias religiões. Naturalmente que os homens vivendo em sociedade onde há regimes que consagram a exploração não poderão deixar de ter um espírito egoísta (salvo-guarde-se as excepções, claro). Mas o

mesmo já não sucede em regimes em que a exploração dos homens acabou, como é o caso das sociedades socialistas (de socialismo proletário).

No decorrer da construção do socialismo o homem educa-se a todos os níveis. Um dos factores que mais contribuem para a sua educação é o próprio trabalho que ele passa a estimar em grau crescente. E quando esta estima pelo trabalho atingir o grau que já hoje vemos existir em certos artistas, quando o trabalho constituir para cada trabalhador uma das maiores fontes de prazer, de realização humana, então entra-se no comunismo. Aí as riquezas serão abundantes e os trabalhadores estarão educados para não terem exigências absurdas, pois as suas necessidades nunca virarão o supérfluo mas sim o essencial.

LUCÍDEZ EM FACE DA REALIDADE NACIONAL

TRABALHO MILITANTE E EXEMPLARMENTE REVOLUCIONÁRIO

ASSIM VENCEREMOS

## Para onde vai a Revolução?

AO LONGO das últimas semanas, tem sido possível detectar na vida política interna e externa portuguesa, uma série de factos aparentemente contraditórios.

Os responsáveis do MFA continuam a descrever dos partidos, quando não a atacá-los, acusando-os de divisionismo, de não compreenderem o povo, de não servirem as classes trabalhadoras, etc. As declarações muito claras de membros do Conselho da Revolução como o general Saraiva de Carvalho ou o capitão Castro; a intensificação, nas Assembleias militares, da aliança MFA-povo, por cima ou ao lado dos partidos; o próprio tom diferente do discurso do general Costa Gomes, na abertura da Constituinte — são prova, senão de animosidade, pelo menos da intenção mais ou menos definida de considerar os partidos ultrapassados e, de certo modo, prejudiciais ao avanço do processo revolucionário.

Os partidos, por seu lado, parecem conscientes da progressiva marginalização de que vão sendo objecto por parte do MFA. A posição a esse respeito do partido mais voado; o PS, é clara e poderá ter consequência que transcendam largamente o caso "República" (ver pag. 1). O P.P.D. também procura redefinir a sua imagem (e a sua essência) como partido, de modo a perder a qualificação de tolerado, apesar do seu milhão e meio de votos. O PC, embora protestando contra a discriminação relativamente aos partidos e ao seu papel, parece querer distinguir entre governo militar (para ele, aceitável) e ditadura militar (inaceitável).

Entretanto, a Assembleia Constituinte começou a funcionar com deficiências e lentidão (ver pag. 3), em aprendizagem de estilo parlamentar clássico, e o Presidente da República (na sequência das viagens de Vasco Gonçalves a Bruxelas e de Melo Antunes à Alemanha e à Holanda), escolheu a França para a sua primeira deslocação oficial ao estrangeiro (ver pag. 2).

Simultaneamente, determinados órgãos do MFA dão como exemplo da sua opção socialista a União Soviética, a Bulgária, etc. (ver pag. 1), o secretário-geral do PC português afirma que o socialismo (decorrente, naturalmente, da sua perspectiva comunista) chegará em breve, o ex-general checo Jan Sejna assevera que existe um plano para controlo do Governo em Portugal pelos comunistas em 1976/77 e o vice primeiro-ministro de Cuba, de passagem por Lisboa, declara que há coincidências essenciais entre a revolução cubana e a portuguesa.

Ao mesmo tempo, a situação económica agrava-se (o desmentido à notícia do EXPRESSO sobre as medidas de austeridade é da responsabilidade de quem o redigiu e nada temos a alterar), o planeamento co continuará a ser feito de três em três meses até 1976, as dificuldades das pequenas e médias empresas são indiscutíveis, as tensões sociais não diminuem.

Todas estas contradições e dificuldades serão próprias de um período revolucionário e, além disso, como sustentou o primeiro ministro ao regressar da sessão da NATO, terão a sua justificação histórica muitas mais, aliás, se poderiam apontar, desde a questão dos presos políticos, à falta de produtividade, passando pela prorrogação dos mandatos das comissões administrativas colocadas à frente dos bancos, pela destruição do MRPP, pelos problemas não resolvidos da informação). Mas, por mais que se compreendam e aceitem as dificuldades e as contradições, muitos portugueses, sobretudo os que, desde o início, deram o seu apoio ao MFA, começam a interrogar-se, com inquietação, sobre para onde vai a revolução portuguesa.



Eduardo

**PUBLICAMOS HOJE** um artigo do nosso colaborador habitual **EDUARDO LOURENÇO** que dá mais uma personalíssima abordagem aoocrático diálogo que tem vindo a prosseguir com o MFA. Iniciamos também hoje uma série de artigos que versarão os diversos modelos socialistas, publicando o primeiro sobre a Argélia. É seu autor David Maurin, da revista do PSU francês «Sous le drapeau du socialisme».

## Pensar o M.F.A.

Eduardo Lourenço

«O M. F. A. não é um movimento socialista, e que em muitos aspectos é um factor positivo e ao mesmo tempo um exemplo evidente de democracia dentro das Forças Armadas».

Nelo Antunes

«Uma revolução que realmente é distinta da Revolução algarviense ou grande partido político português, sobretudo se da coligação, para o M. F. A. como motor de progresso não está vinculada a qualquer força retranca, incluindo portanto a revolução como tal».

Dulce de Carvalho

O espontaneísmo e a irresponsabilidade são as suas virtudes, mas não em política. Os espontaneístas e os irresponsáveis são as vítimas preferidas dos que o não são. Os malefícios de uma certa inconsciência nacional — ao mesmo tempo traço casualístico e irresponsabilidade intencional — tornaram possível que a generalidade dos portugueses tivesse vivido durante muito século num regime fascista ignorando-lhe a natureza e o alcance, embora lhe suportasse as consequências. Deve ser um caso único na história, descobrir, depois de um século, que o regime deficiu em suas coisas, agora retrospectivamente repugnantes, que dá pelo nome de «fascismo». Isto significa, para o cumprimento, que durante séculos, a realidade objetiva da política portuguesa, não foi pensada. Na realidade, e de maneira oposta, essa realidade foi criada, e em certa medida construída a ser. O regime absoluto não podia pensar-se aquilo que era simplesmente, pois necessitava dessa auto-organização do interesse geral e uma classe privilegiada, ou mais precisamente, e uma certa «classe

cardeira interna do corporativismo português e, porém, de um grau que ultrapassa os limites normais auto-definidos. A cultura fascista não produziu um único livro de análise sobre global teoria da política que foi a do País durante mais de quatro décadas. Toda a sua literatura teórico-política é de natureza apologetica, ou simplesmente tencional, sem visão abrangente do projecto histórico-político que é notória. Na verdade, um auto-reconhecimento objetivo, mesmo parcial e parcializado, da verdadeira situação nacional, não era compatível com o sistema que tirava do silêncio, da desmobilização ou da desfiguração voluntária dos factos, um dos seus instrumentos. Assim, os conflitos que não existiam pensam menos a imparcialidade subjectiva da antiga classe dirigente para se levar a cabo, do que a mobilização moralizada de um sistema hostil à ideia de análise desinteressada e tanto quanto possível, objectiva. Não pensar foi o único propósito sistemático de sempre e sempre.

Muito mais do que verificar que também no campo operacional a realidade objectiva da situação

Expresso

15-06-01

/0

portuguesa não foi pensada. Foi politicamente contestada, ou combatida, o que não é a mesma coisa. Decerto, nem o objecto era entusiasmante, nem era fácil exteriorizar as conclusões de um exame sério do regime fascista. Além disso, um tal exame, levado a cabo no interior de um sistema que tenha ódio à função crítica, além de arriscado, podia passar por um começo de aceitação daquilo que, a justo título, se tinha por inacessível, embora a generalidade dos cidadãos negativamente o aceitasse. Em Portugal, o pensamento político — como aliás toda a reflexão — é quase só vivido sob o signo da urgência, da imediata eficácia, o que na prática significa polémica e polemismo, mas do que autêntica compreensão. A compreensão aparece logo, à raça apressada e pouco tolerante que somos, como compromisso, o que às vezes é, ou pode ser. A crítica oposicional — salvo algumas excepções tardias da jovem geração, no momento em que o regime já estrebuchava — o que geralmente fez, foi opor à opacidade conatural ao regime fascista, uma outra de sinal contrário, numa amálgama indosso-

lável dos planos ético e sociológico. Porque era eticamente repulsivo, o regime foi mais objecto de uma leitura destinada a liquidá-lo, do que a analisá-lo. Que esta leitura ética era necessária e importante, não há dúvida alguma. Mas não é possível acreditar que fique sem consequências o fenómeno prodigioso desta dupla carência de reflexão exautiva e séria acerca da realidade fascista portuguesa, pois essa carência significa que meio século de existência colectiva foi vivido sob a forma do accidental e do sem sentido. É claro que este desprezo pela compreensão profunda — e não apenas paramocamente resumida num formulário ideológico falsamente claro e explicativo — do nosso destino próprio e próximo, pode criar a ilusão desvanecedora de que corremos mais depressa do que a História, ou até, a convicção oposta, de estar fora dela. Simplesmente, os obstáculos tão veloz e milagrosamente superados pela nossa fabulosa inconsciência, acumulam-se nas nossas costas e convocam-nos do presente ou do futuro onde imaginariamente nos supomos a salvo deles, para o tempo exacto

da nossa efectiva realidade histórica «não-pensada».

De todos os elementos «opacos» do anterior regime, o mais opaco não foi o elemento ideológico em sentido estrito, nem a sua orgânica aliança com o catolicismo, mas o elemento militar, quer dizer, aquele que fornece sempre aos restantes a sua credibilidade. Fundado nas armas, o regime fascista terminou sem outra crítica que a crítica das armas, no dia em que esse elemento militar (por um processo ainda mal esclarecido, mas que pertence já à constituição do cerne da nossa actual situação) recupera, em primeiro lugar em relação a si mesmo, uma transparência de que até então, por motivos óbvios, não sentira necessidade. Desse crise no interior da instituição militar — que não foi nunca nem o poder ser, embora às vezes o pareça, um mundo fechado — se originou a crítica à situação global de que essa instituição era o fundamento, e com o aprofundamento dela, a sua conversão espectacular em M. F. A. O fenómeno, de alcance incalculável ainda, teve lugar há apenas um ano. Mas não bastou para que ao fim dele e pelo simples facto da concentração sob a sua sigla de todo o poder político real, o M. F. A. se tivesse tornado já uma realidade opaca, referida noite e dia com esorcizante cautela, quer dizer, e uma vez mais, não-pensada. Na medida em que o M. F. A. herdou a opacidade orgânica da instituição militar em sentido estrito, este estatuto de realidade fora da crítica efectiva, nada tem que surpreenda. Em parte alguma a força armada, enquanto tal, é um modelo de instituição transparente... Simplesmente, o M. F. A. é «a força armada» mais qualquer coisa de diferente e insólito, pois nasceu como crítica desse tipo de opacidade clássica que sob pretexto de colocar a instituição militar à parte, fora e acima da conjuntura política nacional, a colocava de facto ao serviço de uma política precisa, abusivamente confundida com os interesses gerais da Nação. O M. F. A. quis e quer passar da posição que não podia nem pode ser, à realidade que essa posição designava: instrumento do interesse geral. Só que esse «interesse geral» tinha como conteúdo clássico a defesa do País contra o inimigo exterior, forma perene, e ao mesmo tempo excepcional, do interesse geral concebido como interesse imamente dos cidadãos. Aceitando converter-se em M. F. A., as forças armadas integraram-se no circuito político nacional o que teria como resultado paradoxal a sua particularização (contrária ao seu estatuto ideal de instituição com vocação nacional) se essa integração não fosse acompanhada, como o é, pela universalidade do seu papel restaurador e libertador. Mas na verdade, o efectivo consenso nacional, aquele que permite e aceita como positiva essa politização franca das Forças Armadas, a mais não se estende que à aceitação desse

papel libertador já histórico e à sua natural consequência de garantir essa libertação em termos tais que o M. F. A. não se exclua do universal projecto democrático e revolucionário comum a todos os cidadãos. Na medida em que não existe esta circularidade do processo democrático nacional, o M.F.A. tenderia a converter-se em mito. Em certa medida mesmo, poder-se-ia chegar a uma situação em que se recriasse uma opacidade histórico-política, centrada ou concentrada no M. F. A., de ordem superior à das antigas forças armadas. A democratização e o revolucionarismo que deram origem ao M. F. A. e no seu seio continuam a agir podiam solidificar-se em estatuto de excepção e privilégio de molde a tornar o M. F. A. mais inerte do que toda e qualquer instituição do nosso passado. A conjugação da força pura e da virtude revolucionária põem sempre problemas temerários, como é sabido. É inútil fechar os olhos diante daquilo que é o dado central da realidade portuguesa, quer dizer um M. F. A. que é justamente «a força armada» dotada de carisma revolucionário. Felizmente, e ao contrário do poder fascista, antes que o M. F. A. se converta em mito em sentido nefasto, podemos recorrer ao mito do M. F. A., quer dizer, a uma ideia das forças armadas de que faz parte integrante a sua auto-negação enquanto poder privilegiado, separado ou separável do consenso da Nação. Foi assim que o M. F. A. nasceu, foi assim que a opinião pública o ratificou, é assim que convém pensá-lo, para que não deixe um dia de ser pensável.

Pensar o M. F. A. é pensá-lo em termos objectivos, positivos, e não com fins de crítica abstracta destinada a manifestar contradições gritantes entre o seu estatuto exemplar e a sua prática efectiva. Ao fim de um ano, e das peripécias de todos conhecidos, o M. F. A., instaurador e garantia do diálogo político nacional, aparece a muita gente como uma ameaça possível ou latente contra esse diálogo apenas esboçado. Essa imagem não é aquela que todos os elementos responsáveis do M. F. A. têm posto a circular, mas certas afirmações ambíguas (ou demasiado claras?) de outros elementos podiam confirmá-la. Em particular, certo desdém complacientemente exposto em relação aos ritos considerados como essenciais à vida democrática e no qual parece ecoar ainda a música anti-partidos tocada durante cinquenta anos, parece não augurar nada de bom. Na verdade, a imagem de um M. F. A. — Leviatã é muito menos criada no seu interior do que sobre ele projectada por políticas civis de vária feição, demagogos em êxtase diante de um poder que não possuem e desejariam colocar ao serviço do seu revolucionarismo dogmático e mágico, ou democratas em pânico, escaldados com exemplos alheios e desejosos de preservar o nosso País de um litarização ideológica. Até à a nada veio pro-

var que o M. F. A. não seja a expressão armada da consciência democrática e revolucionária nacional, na qual se apoia, dela recebendo inspiração e com ela dialogando. Por isso mesmo, e fatalmente, não é um monstro unicéfalo, em vias de nos inscrever subrepticamente entre os clientes do Arquipélago Gulag, mas o lugar onde ressoam — talvez até em excesso — as querelas e as questões vitais que os portugueses se põem uns aos outros. Mas a questão que esse papel central do M. F. A. suscita não é por isso menos urgente e capital: no seu desejo sincero e inelutável de identificação com a vontade do País, é o M. F. A. o lugar onde essa vontade é assumida e traduzida em termos de decisão política; ou o instrumento de reconversão dessa vontade popular em projecto político imminente ao M. F. A. e seu controlo ulterior pelo conjunto dos cidadãos?

Pergunta é esta que supõe da parte do M. F. A. não a capacidade de «pensar», mas a possibilidade de se pensar, quer dizer, no fim de contas, de saber exactamente o que é, quem representa, o que pretende e em nome de quê. O simples facto histórico de ter sido o liquidador do regime fascista não funda a sua legitimidade enquanto instância democrática, como alguns dos seus próceres o dão ingenuamente a entender, porque desse regime eram justamente as Forças Armadas (embora «outras») o elemento estruturante. Supô-lo, é admitir como típico do M. F. A. aquilo que alguns dos seus elementos hiper-revolucionários apelidam de *golpismo*, o que não é admissível. Pelo facto mesmo das Forças Armadas não terem feito o 25 de Abril com o fim de se reservarem o Poder como coisa própria, não pode chamar-se golpe a essa intervenção cirúrgica no tecido nacional. No entanto, se o M. F. A. não encontrasse maneira de devolver concretamente à totalidade dos cidadãos o pleno acesso à existência política, se fosse tentado, enquanto grupo de homens armados a confiscar em proveito próprio o exercício do poder político ou a administrá-lo em família, como privilégio revolucionário, então aquilo que hoje chamamos Revolução converter-se-ia em golpe, ou na melhor das hipóteses, em ditadura militar de carácter revolucionário; decidida a fazer a felicidade da Nação contra a vontade expressa da maioria ou da imensa minoria dos portugueses. Em todo o caso, uma coisa devia reaver aos olhos dos mais clarividentes membros do M. F. A. o carácter de uma evidência política: o M. F. A. não se pode legitimar a si mesmo sem se trair. Só a

vontade da Nação é legítima e não o inverso. Quem pisar esta linha fácil de atravessar (o Rubicão era um simples riacho) poderá guardar o Poder como instrumento puro de domínio, mas aliena consensos dos cidadãos, sem o qual todo o Poder é injustificável e injusto. Não é uma teorização liberal ou liberalizante, é a lei de ferro do Poder que quando não logra legitimar-se por um tal consenso passa o tempo a inventar-lhe sucedâneos que só ao Poder tirânico iludem. Nós temos provas abundantes para pensar que o M. F. A., no seu conjunto, não está disposto a estas aventuras cesaristas «novo estilo». Inventar-se César de cem cabeças à espera da única que decairá às outras noventa e nove, não é perspectiva muito entusiasmante. Todavia, não é segredo para ninguém, que essa tentação a um «César colectivo», existe para alguns como único meio para cortar o nó górdio político que hoje se formou entre um M. F. A. institucionalizado e convertido na única fonte de poder e decisão, e os partidos, enquanto expressões da vontade política dos cidadãos sem tradução adequada na esfera do Poder. Convém notar que se o M. F. A. tem de facto dificuldade em se pensar — salvo em termos que fazem dele uma espécie de super-partido — os Partidos, por sua vez, também têm dificuldade em se pensar e pensar os respectivos estatutos, fora de uma perspectiva hegemónica que colide fatalmente com a do próprio M. F. A. Afinal de contas, o que seria necessário era uma genérica relativização das forças políticas em presença, em função de um projecto revolucionário preciso e programado, e não como é presentemente o caso, uma dupla e oposta crispação em atitudes antagonistas. Nem é tão imaginar que um grupo de homens (por mais bem intencionados que sejam) ou um partido (qualquer que seja) se possa confundir misticamente com a vontade da Nação, nem é a última palavra da democraticidade o simples culto verbal de um pluralismo que levado às suas naturais consequências torna uma comunidade ingovernável. Pontualmente (e idealmente) o Poder é indivisível. A grande questão é não o deixar ser inercitável. As nossas tradições políticas e o nosso temperamento não facilitam muito estes exercícios de modestia ideológica. Sempre quisemos ao todo ou o seu nada, como dizia Pessoa. Por isso, sem dúvida, tivemos sempre tão pouco.

Infelizmente, esta complexa e notória situação de impasse em que nos encontramos não parece ter sido perspectivada, nem pelo M. F. A. nem pelas organiza-

ções partidárias, em termos de mútua relativização. Cada qual deseja confinar com seu exclusivo proveito o hipotético ou potencial *consensus* de que se julga depositário. Como era de esperar, e até legítimo dentro dos limites impostos pela nossa situação, os partidos perspectiveram-se em função dos seus esquemas próprios, com maior ou menor desconfiança com relação às finalidades reais ou supostas do M. F. A. Este, por seu turno, conheceu uma evolução acelerada e imprevisível (ou mais que previsível) para um máximo de autonomização, o que só podia introduzir uma desfaseagem suplementar entre as diversas ópticas dos partidos e a sua própria, móbil e rígida ao mesmo tempo. Em relação ao M. F. A. várias táticas se desenharam, não sendo talvez as mais importantes aquelas que neste momento ocupam quase nós a cena política nacional, quer dizer a dos partidos comunista e socialista. O P. C. sem nunca sacrificar os seus objectivos clássicos, universalmente conhecidos, «colou» o mais que lhe era possível à dinâmica do M. F. A. a pontos de dar a impressão de uma convergência ou confusão de objectivos. O P. S. sem querer «descolá-lo» do mesmo M. F. A. tem salvaguardado uma certa distância com relação a ele pela insistência em princípios e temas julgados constitutivos e essenciais a todo e qualquer processo democrático. Quer dizer, não credita, como aparentemente o fazem outros partidos (particularmente pequenos partidos de extrema-esquerda) o M. F. A. de um estatuto de *democraticidade* ou de *revolucionarismo* em si, mas julga a sua prática política em função de uma perspectiva socialista definida nos seus traços gerais (socialização não «selvagem» dos meios de produção, defesa da liberdade de imprensa, da liberdade sindical e do livre jogo representativo sob base eleitoral).

Embora escolhendo sempre — ou deixando o espaço necessário para que uma destas táticas pudesse prevalecer sobre a outra — o M. F. A. acabou por ir desenhando um itinerário próprio, cujo perfil nem aos seus componentes parece ainda susceptível de solidificação irreversível. Penosa mas persistentemente, o M. F. A. foi-se encaminhando para uma terceira via, cujo termo não pode ser outro que o de uma *assumpção* cada vez mais nitida da vocação ideológica e representativa, até aqui, própria dos partidos. Em suma, trata-se de uma conversão do seu papel motor partidário, ou supra-partidário (ficção que nunca teve o menor crédito em

termos práticos), em papel *partidário*. Quer dizer, um ano após o 25 de Abril, as Forças Armadas encontram-se exactamente na posição oposta àquela que estruturou a ideologia do famoso programa do M. F. A. É uma situação *nova* para as Forças Armadas, que nela irão reconhecer, potenciado ao máximo, problemas que o pseudo-apolitismo de outrossa iludia. Mas o que mais importa é que se trata de uma *situação nova* para o País que deve repensar em função dela todo o seu destino político.

Não há situações políticas objectivamente válidas, como parecem pensá-lo, cada qual à sua maneira o P. C. e o P. S. Todavia, não haverá solução estável sem a existência de um *assentimento* autêntico, e não apressado ou artificialmente fabricado, da parte dos cidadãos. O M. F. A. pode aspirar a esse *consensus*, ampliando aquele de que já goza como elemento catalizador da dinâmica revolucionária. Esta é, neste momento, a sua evidente tentação, análoga (talvez por analogia de superfície) a outras que se conhecem noutras latitudes e justificável por imperativos de urgência ou sobrevivência, como os que dão lugar a governos de «salvação pública». Simplesmente, convém não esquecer que o «consensus» de que o M. F. A. se pode prevaler não é daqueles que por «direito divino» (mesmo mascarado de imperativo revolucionário) subtraem o sujeito dele à dinâmica política geral. O M. F. A. que *não quer partidos* (o mesmo M. F. A. que com tanta relutância assistiu a recente campanha eleitoral) não pode de mesmo ser, afinal, aos olhos dos cidadãos portugueses, um *super-partido*, ou para ser mais claro e mais clássico, um *partido único*. A que título, salvo o da força pura e do seu arbitrio visceral, o M. F. A. poderia confinar a seu proveito a *legitimidade plena do poder político*, sendo como é a emanção de um *corpo privado* da Nação, embora *corpo específico* de vocação nacional? Como poderia o M. F. A. fundar e justificar teoricamente um Poder, que só é e só detém (ou deve deter) *enquanto o País vé nele, não uma instituição com fim particulares, mas a instituição que por excelência não pode ter outros que os da Nação inteira?* Porque é o herdeiro de um Exército que o nosso condicionalismo histórico e os nossos ex-deveres imperiais hipertrofiaram até ao limite da catástrofe, arrastando por várias vezes o destino nacional na sua cegueira de corpo de vocação comunitária, mas concretamente oposta a ela?

Esta casuística não é daquelas que podem abalar os elemen-

tos voluntaristas do M. F. A. orgulhosos ao mesmo tempo da sua jovem força mais, o M. F. A. não tem que se deixar arredar por objecções válidas para um Exército que nunca escapou nem podia escapar, à luta de classes. Pela primeira vez, o M. F. A. pode afirmar que o seu projecto particular é justamente o projecto geral, em suma, que enquanto M. F. A. não tem projecto proprio, salvo o da clássica função contra um inimigo exterior. Mas, justamente, é por isso mesmo que a sua actual e recente ideologia anti-partidária e anti-partidos, não pode conciliar-se com qualquer auto-promoção das Forças Armadas como única vanguarda revolucionária digna desse nome, mesmo se a representatividade do M. F. A. é de natureza democrática e revolucionária, uma vez que não coincide com a representatividade geral dos cidadãos. O slogan «Povo-M. F. A. é justo e revolucionário mas é também equívoco, pois supõe no seu enunciado (embora não seja essa a intenção dos que o inventaram) que o M. F. A. é qualquer outra coisa que Povo. A vontade subjectiva dos membros do M. F. A. de se identificar com a vontade popular (ou com mais precisão, com os interesses do Povo, para adoptar a ciente e discutida frase do Primeiro Ministro), tanto como a sua paixão revolucionária, não estão em causa. O que está em causa e deve estar, é a hipertrofiação dessa vontade, o seu particularismo de facto, incontrolado e incontrolável. Não se vê razão alguma que isente o M. F. A. do processo revolucionário global do País e lhe permita instalar-se numa excepção de principio que consistiria em concentrar na instituição militar como tal a realidade do poder civil e militar. Mesmo de conteúdo objectivamente revolucionário (e ninguém duvida dele, embora se possa duvidar, legitimamente, da capacidade insofismável de melhor o traduzir) essa hipotética concentração, num mesmo grupo de homens insusceptíveis de sanção politica colectiva, tem um nome e um nome só: ditadura. O estar armado é uma necessidade e uma fatalidade num mundo em latência suerreira ou numa sociedade antagonista, mas não é razão suficiente para fundar nesse facto um privilégio de natureza politica, antes pelo contrario. Assim o pensamos, sem dúvida, não só aqueles militares que a seguir ao 25 de Abril

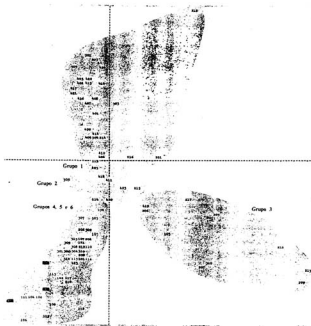
apresentavam «desculpas» à Nação pelo uso errado da força que a mesma Nação lhes confiara, como os que hoje, unanime e, nos falam da sua humildade politica abdicando dela de toda a tentação de casta ou de função. O País sabe e tomou nota da vengença com que o Primeiro Ministro (e outros dos seus camaradas do M. F. A.) excluiu a hipótese da ditadura militar, mas essa cautela, por si só, não resolve o problema politico de que o M. F. A. é o centro e a periferia. Enquanto o M. F. A. se pensar como instância impar, decia e incontrolável, do actual processo politico português, quer dizer enquanto se não resolver, concreta e institucionalmente a contradição entre a sua realidade particular e a universalidade da sua acção, a vida pública portuguesa conhecerá o sobressalto institucionalizado e uma caoticidade interior irreductíveis. O paradoxo (ou o drama) desta situação é que ela só pode ser resolvida no interior do próprio M. F. A., o que supõe da sua parte uma lucidez teorica e uma abnegação pratica pouco comuns. O mais que se vive podem é falar e imaginar que o eco das suas preocupações circule no recinto onde, para bem e mal dos nossos peccados, se concentra hoje a paixão civica do nosso povo. Ao M. F. A. caberá decidir se assumirá, por conta propria, o projecto revolucionário em curso, se o endossará enquanto projecto pelas relações de força politica inscritas nos resultados eleitorais e no jogo espontâneo dos movimentos partidários, ou se aceitará dissolver-se de algum modo, activa e conscientemente, na massa dos cidadãos participantes num projecto politico claramente enunciado e proposto. Esta última hipótese poderia criar efectivamente um assentimento autêntico, aquele assentimento que como grupo privado o M. F. A. não pode outorgar-se a si mesmo sem introduzir ao nível dos principios e na fonte do Poder um dado inaceitável por opaco. Mas como convencer militares que o poder que detêm só o merecem como cidadãos e não como militares?

Esta é hoje a questão essencial que a Nação inteira põe aos seus militares. Mas como eles mesmos fazem parte dessa Nação, esta é a questão que os militares se põem a si mesmos. Estamos certos — por muitas declarações vindas a público — que os mais lúcidos de entre eles nunca desistiram de a pôr. Para a hipótese contrária, e a titulo de merecimento do cidadão privado, aqui fica posta para aqueles que imaginam que pelo facto de não haver agido entre o Povo e o M. F. A., o M. F. A. não constitua de mesmo uma questão.

OLIVEIRA, *Aquiles de*

# 41 factores asseguram que Portugal não pertence ao Terceiro Mundo

Aquiles de Oliveira



## A análise das correspondências, uma técnica de hoje

A ANÁLISE factorial das correspondências, técnica estatística que está na base da investigação no domínio da análise de dados, assenta sobre princípios conhecidos desde há muito.

Foi o aparecimento dos computadores que permitiu a utilização desta técnica na exploração de quadros estatísticos de grandes dimensões relativos aos mais variados domínios da ciência, na economia, como na medicina ou na ecologia.

A análise factorial consiste em procurar a representação geométrica num plano da informação fornecida por uma série de observações — por exemplo os 85 países tratados representam as observações. Estas são definidas num espaço cujo número de dimensões é igual ao número de séries estatísticas (ou variáveis) que as definem. Neste caso um espaço de 40 dimensões (41-1). Os progressos recentes permitem tratar conjuntos de 10 000 observações descritas num espaço de 700 dimensões, e as investigações em curso permitirão ir ainda mais longe.

Trata-se pois de um problema de visualização de uma figura que se encontra num espaço de mais de 3 dimensões e que, portanto, os nossos sentidos não podem interpretar directamente. A visualização é obtida por projecções sucessivas da totalidade dos pontos sobre os eixos principais de inércia representados no gráfico pelas duas rectas verticais. Dos eixos principais de inércia representam as direcções segundo as quais a «nuvem de pontos» mais se estende.

Cada eixo é afectado de uma inércia cuja percentagem relativamente à inércia total da nuvem dá uma ideia da quantidade de informação fornecida pela interpretação do eixo em questão.

É possível repartir esta quantidade de infor-

mação por todas as observações (assim como por todas as variáveis) que «contribuem» para a formação do eixo.

Consultando o quadro das contribuições, relativo ao caso que estudamos, verifica-se que os Estados Unidos, o Canadá e a Índia são as observações que mais contribuem à formação do primeiro eixo — vertical — pondo assim em evidência a oposição mais nitida; os Estados Unidos e o Canadá num extremo, a Índia no outro.

Da mesma maneira cada observação e cada variável está em «correlação» com cada eixo.

Esta correlação mede a quantidade de informação dada pela observação (ou pela variável) sobre o eixo e isto relativamente à sua informação própria. Assim, por exemplo, a correlação de 0,37% da informação deste ponto à dada sobre o 1.º eixo.

Vê-se assim, que a análise das correspondências substitui a noção de correlação entre duas variáveis pela correlação relativamente a um eixo, isto é a uma «situação linear» que toma em consideração todo o contexto multidimensional que define as variáveis.

Na realidade a distinção entre observações e variáveis é artificial pois uma noção pode substituir outra. Na prática os cálculos são efectuados no espaço de menores dimensões e por intermédio de uma fórmula obtém-se os resultados para o outro espaço. Simultaneamente no plano as observações e as variáveis a fim de pôr em evidência as proximidades que existem entre elas. Cada observação deverá encontrar-se tanto mais próxima duma variável quanto a sua coordenada (ou valor) para esta variável é grande.

A. Hathout



NUM MOMENTO em que diversas correntes políticas defendem o papel de Portugal como «ponte» entre a Europa e o Terceiro Mundo, apresentamos um estudo que poderá ajudar a clarificar a posição socio-económica do nosso País no mundo actual; sem ser uma análise exaustiva, o estudo pretende ultrapassar a fase meramente teórica de colocar Portugal neste ou naquele «bloco», e quantificar estatisticamente, os «porquês» da sua inserção num conjunto determinado de países.

O artigo foi feito por Aquilino de Oliveira, diplomado pelo Instituto de Estatística da Universidade de Paris e engenheiro em informática pelo Conservatoire National des Arts et Metiers, e actualmente chefe de serviço de informática do Centre d'Etudes et Recherches sur les Qualificatoires; a execução técnica é de A. Harthou.

## O problema em estudo

PORTUGAL país a meia distância entre a Sicília e a Guiné-Bissau, ponte entre a Europa e a África, país do Terceiro Mundo? Estas são perguntas de actualidade à qual podem ser dados diversos tipos de respostas, segundo os planos escolhidos: geo-político, económico, cultural ou social.

EXPRESSO, sem esgotar o problema, propõe uma resposta dentro de uma perspectiva de análise de estatísticas socio-económicas publicadas recentemente pelas organizações da ONU, respeitantes a um grande número de países dos diversos continentes.

Nessa análise, procurámos saber se o Terceiro Mundo constitui uma unidade homogênea, e na afirmativa, se o perfil socio-económico do nosso país pode ser assimilado aos países que o constituem. Se esta hipótese não se verificar a que grupo de países assimilamos Portugal e quais as características mais notáveis desse mesmo grupo?

Foram estas as principais interrogações que presidiram na análise que apresentamos. Digamos desde já, que o estudo de estatísticas não pode permitir uma resposta total a estas perguntas, porque muitos dos factores de coesão ou de diferenciação não são susceptíveis de ser descritos por estatísticas, porque qualitativos, ou porque sendo quantitativos não existem dados homogêneos permitindo comparações internacionais.

Estão no primeiro caso por exemplo, a história, as influências culturais tradicionais, as religiões, as opções políticas dos governos, etc. No segundo, contam-se os fluxos migratórios e turísticos, o comércio internacional, os índices de proletarianização, etc.

No entanto, a utilização dos elementos disponíveis permitirá situar concretamente o debate, que outros estudos qualitativos terão a enriquecer. Este debate é de extrema importância e não pode situar-se exclusivamente num plano político, embora esse seja sem dúvida o predominante, mas tem de levar em linha de conta as incidências sociais, económicas e culturais acarretadas pela escolha de uma via determinada.

## Os dados e o método utilizado

Para responder a estes problemas foram reunidos os dados estatísticos mais recentes publicados nos anuários da UNESCO, Organização Mundial da Saúde, BIT, FAO, e pela própria ONU. Procurou descrever-se cada país por:

- a) dados económicos gerais como — o produto interno bruto, o rendimento por habitante e o consumo de energia;
- b) informações estatísticas sobre o nível de consumo — número de automóveis, de aparelhos de rádio e televisão, consumo de papel de jornal e de papel de outro tipo;
- c) estatísticas caracterizando a produção agrícola como — o rendimento das culturas de cereais por hectare, por trabalhador agrícola, e um indicador da mecanização da agricultura;
- d) estatísticas demográficas — taxa de natalidade, população urbana e rural;
- e) dados sobre o trabalho — repartição da população activa pelos sectores de actividade económica e por profissão, número de horas de trabalho, produtividade do sector industrial, salários na indústria, na extracção mineira e na agricultura;
- f) elementos descritivos do nível de educação como — o nível de instrução, taxas de inscrição no ensino primário, secundário e superior, número de diplomados do ensino superior;
- g) estatísticas sobre saúde — mortalidade infantil, número de pacientes por médico, mortalidade por doenças cardio-vasculares e por doenças infecciosas e parasitárias, despesas de saúde por habitante e número de médicos;
- h) estatísticas diversas como — volume dos transportes pelos caminhos de ferro.

Como a perspectiva do estudo é a situação de Portugal no contexto mundial, escolhemos estatísticas nas quais o nosso país figura e nas quais figuram também os países da África e da Ásia mais característicos do Terceiro Mundo. Por outro lado, um excesso de dados estatísticos praticamente sinónimos só complicaria a análise dos resultados sem os enriquecer. Limitámos por isso a 41 o número de séries estatísticas relativas a 85 países dos quatro continentes.

No que diz respeito aos países estudados, excluímos aqueles que se encontravam em estado de guerra como o Vietnam, Camboja ou o Laos, ou cuja economia é orientada para a defesa, como Israel e a Jordânia, ou ainda aqueles que dispõem de reduzida informação estatística.

Os dados estatísticos recolhidos foram submetidos a dois programas de computador.

O primeiro é um programa de classificação automática que consiste na procura de uma repartição dos 85 países em classes de tal modo que, cada país se assemelhe mais aos países da sua classe do que aos países exteriores ao grupo. Verifica-se que numa repartição em três classes, os grupos obtidos não têm significado, pois variam de uma iteração para a outra, o que mostra que os conceitos de Primeiro, Segundo e Terceiro-Mundo não se evidenciam de uma análise das estatísticas socio-económicas dos países que assim foram classificados.

Um segundo programa utilizando a técnica chamada «Análise factorial das correspondências» (1), permite pôr em relevo as séries estatísticas que mais caracterizam as classes detectadas pelo programa de classificação automática.

### Classes seguindo-se em ordem decrescente da «massa de informação média»

- 6 a 11 anos no 1.º grau (a)
  - 12 a 18 anos no 2.º grau (a)
  - 20 a 24 anos no 3.º grau (a)
  - ensino geral (b)
  - ensino técnico (b)
  - ensino normal (b)
  - Número de diplomados por 10 000 habitantes (UNESCO 4.4)
  - Consumo de papel de jornal (UNESCO 10.1)
  - Média de duração de estudos das pessoas entre 25 e 34 anos (UNESCO 1.5)
  - Consumo de papel que não papel de jornal (UNESCO 10.2)
  - Número de receptores de rádio por 10 000 habitantes (UNESCO 12.2)
  - Número de receptores de TV por 10 000 habitantes (UNESCO 13.2)
  - Mortalidade por doenças cardiovasculares (OMS)
  - Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias (OMS/74)
  - Mortalidade infantil a 0 anos (OMS/74)
  - Número de médicos por 10 000 habitantes (OMS/74)
  - População (ONU) em 1974
  - Taxa de aumento da população de 1963 a 1971 (ONU), Demographic Yearbook
  - Densidade populacional 71 (ONU), Demographic Yearbook
  - Percentagem de população urbana 71 (ONU), Demographic Yearbook
  - Rendimento dos cereais por hectare (FAO/72)
  - Indicador de produtividade na produção de animais indígenas (FAO/72)
  - Indicador de mecanização agrícola (FAO/72)
  - Consumo de energia (equivalentes hulha por habitante) (ONU/72)
  - Número de carros por 1000 habitantes
  - Passageiros — quilómetros por habitante nos caminhos de ferro (ONU 73)
  - Agricultura (c)
  - Indústria (c)
  - Profissões liberais, técnicos e similares
  - Directores e quadros adm. superiores (d)
  - Empregados de escritório (d)
  - Vendedores (d)
  - Agricultores, pescadores e similares (d)
  - Trabalhadores dos transportes e comunicações (d)
  - Artesãos, e operários não classificados nos outros grupos (d)
  - Número de telefones por 100 hab. (ONU/73)
  - Agricultura (e)
  - Indústria (e)
  - Construção (e)
  - Transportes e comunicações
  - Rendimento per capita aos preços do mercado, em dólares (ONU/73)
- (a) Taxa bruta de inscrições (UNESCO 2.7). (b) Percentagem de alunos do 2.º grau (UNESCO 3.4). (c) Repartição em percentagem da mão-de-obra disponível por sectores (BIT 2.A). (d) Percentagem de trabalhadores por profissão (BIT 2.B). (e) Percentagem do BIP por sectores económicos de origem (ONU 73).

### Os resultados

A primeira conclusão a que chegámos é portanto, que o Ter-

ceiro-Mundo não constitui uma entidade socio-económica homogênea e que, deste ponto de vista, os países capitalistas e de regime

socialista não se distinguem dramaticamente. A constituição dos grupos de países obtidos é indicada no quadro seguinte:

**Classes seguindo-se em ordem decrescente da «massa de informação média»**

Grupo 1		
● África do Sul (119)	● Checoslováquia (404)	● Luxemburgo (415)
● Argentina (201)	● Dinamarca (405)	● Noruega (416)
● Canadá (203)	● Espanha (406)	● Holanda (417)
● Porto-Rico (214)	● Finlândia (407)	● Polónia (418)
● Uruguai (216)	● França (408)	● Suíça (421)
● USA (218)	● R. D. A. (409)	● Suécia (422)
● Japão (303)	● R. F. A. (410)	● Inglaterra (424)
● Austrália (401)	● Hungria (412)	● Austrália (501)
● Bélgica (402)	● Irlanda (413)	● Nova Zelândia (505)
● Bulgária (403)	● Itália (414)	● U.R.S.S. (507)
Grupo 2		
● Trindade (215)	● Grécia (411)	● Jugoslávia (425)
● Líbano (305)	● Roménia (420)	
Grupo 3		
● Egipto (105)	● São Salvador (209)	● Venezuela (217)
● Chile (205)	● México (211)	● Filipinas (312)
● Cuba (206)	● Peru (213)	● Portugal (419)
● República Dominicana (207)		
Grupo 4		
● Índia (302)	● Paquistão (311)	● Indonésia (506)
Grupo 5		
● Argélia (101)	● Zâmbia (121)	● Coreia (309)
● Gabão (107)	● Brasil (202)	● Malásia (310)
● Gana (109)	● Colômbia (204)	● Sré-Lauka
● Costa do Marfim (112)	● Equador (208)	● Síria (314)
● Líbia (114)	● Guatemala (210)	● Turquia (423)
● Marrocos (117)	● Nicarágua (212)	● Ilhas Fiji (502)
● Serra Leoa (118)	● Irão (306)	
Grupo 6		
● Rep. Central Africana (102)	● Malawj (111)	● Burma
● Congo Brazzaville (103)	● Quênia (113)	● Afeganistão (304)
● Daomé (104)	● Madagascar (115)	● Iraque (307)
● Etiópia (106)	● Mali (116)	● Arábia Saudita (308)
● Gâmbia (108)	● Tanzânia (120)	● Nova Guiné (503)
● Guiné (110)		

O termo «massa de informação média» não pode ser utilizado como anónimo de nível de desenvolvimento económico, embora indique uma tendência. Por exemplo a aparição no grupo 4 explica-se pela população importante desses países que permite distinguir a Índia, Paquistão e Indonésia dos grupos 5 ou 6 a que provavelmente pertenceriam se fossem menos populosos.

Portugal não aparece no grupo dos países mais desenvolvidos dos quais fazem parte predominantemente os países europeus, quer eles sejam ocidentais ou de leste, alguns países da América, a África do Sul, a Austrália e a Nova Zelândia. O nosso país integra-se num grupo de predominância latino-americana, onde se encontram os países de desenvolvimento intermédio da América do Sul e Central. Menos desenvolvidos que a Argentina, Porto Rico e Uruguai, mas mais desenvolvidos que o Brasil, Colômbia, Equador, Guatemala e Nicarágua.

Daqui o poder-se concluir que o nosso perfil socio-económico está mais perto do continente sul-americano que da África, mais próximo geograficamente e talvez historicamente, levado em linha de conta o passado recente. Mas o episódio das guerras coloniais africanas não será precisamente a prova da distância cultural no sentido lato do termo entre Portugal e a África?

Repare-se que os países afri-

canos à excepção da África do Sul e do Egipto se encontram nas classes 5 e 6 e que os países da Ásia à excepção do Japão, Libano e Filipinas pertencem às classes 4, 5 e 6.

Os países da Europa Ocidental são extremamente homogêneos encontrando-se todos na classe 1 com excepção da Grécia e de Portugal respectivamente classes 2 e 3. Como a classe 3 engloba na sua maioria países de características de consumo do ocidente capitalista mas em escala reduzida, podemos concluir que somos os últimos de pelotão europeu, bem mais que os primeiros de uma estidade ideal que englobaria Portugal e os países africanos. Esta última hipótese parece ser pois de rejeitar à vista dos dados estatísticos disponíveis, o que não significa de resto que sejam de rejeitar as impulsões para o estreitamento das relações políticas e económicas com os jovens países africanos de forma a obtermos uma certa independência relativamente à política dos blocos.

Os factores mais característicos do grupo a que pertence Portugal são: a forte taxa de mortalidade infantil e de mortalidade devido às doenças infecciosas e parasitárias e a grande percentagem de população activa na agricultura. É pois no domínio sanitário que mais se revela o nosso subdesenvolvimento; mas, repare-se que para reduzir a mortalidade infantil não basta construir hospitais e formar mē-

dicos, mas é necessário resolver simultaneamente problemas muito mais vastos como o alojamento, da água canalizada, dos esgotos, da educação de sectores mais desfavorecidos da população, etc. Quanto ao excesso de população activa na agricultura isso parece significar que a emigração interna ou para o exterior não vai terminar as coisas continuarem como aí aqui, e que a única maneira de estancar será de instalar indústrias (alimentares, porque não nas zonas rurais, o que permitia absorver localmente o excedente de mão-de-obra.

Como se pode observar no gráfico junto, o grupo 3 a que Portugal pertence é bem caracterizado. A nuvem dos pontos está claramente separada da nuvem correspondente às classes 4, 5 e 6 constituídas de países que habitualmente chamamos de Terceiro Mundo. Podemos dizer pois que Portugal não pode ser assimilado ao que se pretende habitualmente por Terceiro Mundo. No interior do grupo Portugal encontra-se com a Venezuela e com Cuba entre os mais desfavorecidos no plano socio-económico, e parecia estar em condições para o arranque económico que, nessa altura (as fontes estatísticas datam de 1957) a guerra colonial nos impediu de realizar.

(1) Vide prof. Benjer J. J. — «Analyse factorielle des composantes».

ALVES, Vitor

## Vitor Alves foi ao Zaire explicar que os artigos sobre Mobutu não foram de iniciativa oficial

A IMPORTÂNCIA da viagem do major Vitor Alves ao Zaire, chefiando uma missão que ali se deslocou com o propósito "de desfazer in loco certos mal-entendidos", o interesse dos contactos havidos com personalidades zairianas, e principalmente o teor das conversações que manteve com o Presidente Mobutu, — figura preponderante nos bastidores da descolonização angolana — levaram o EXPRESSO a procurar o major Vitor Alves para uma informal troca de impressões a este respeito.

**EXPRESSO:** Qual a causa e o objectivo da sua recente viagem ao Zaire?

**VITOR ALVES:** Determinadas afirmações escritas, quer na imprensa nacional quer na internacional geraram entre o Zaire e o nosso país, certos mal-entendidos que levaram o Governo português, face às posições tomadas pelo Governo zairiano a chamar a Lisboa o encarregado de negócios em Kinshasa. Após a tomada de conhecimento proporcionada por essa vinda do nosso encarregado de negócios, o Presidente da República portuguesa, enviou um telegrama ao Presidente da República do Zaire, afirmando a vontade de Portugal, dentro do estabelecido no programa do MFA, de se dar bem com toda a gente, e onde propunha a ida ao Zaire duma missão portuguesa, a fim de poder esclarecer "in loco" certos mal-entendidos.

**EXPRESSO:** A que dizem respeito, concretamente, esses mal-entendidos?

**V.A.:** Partiam no seu conjunto não só da imprensa portuguesa como da estrangeira, visando através de determinados artigos, certas informações e acusações, nomeadamente quanto à posição do Zaire em África, e inclusive à forma como os assuntos do Zaire eram tratados no próprio Zaire, factos que ao Conselho da República e ao Presidente da República não poderiam de modo algum passar despercebidos, já que no programa do MFA afirmamos o respeito e a não ingerência nos assuntos internos de outros países.

**EXPRESSO:** Mas estivémos ou não à beira da rotura com o Zaire?

**V.A.:** Creio que não se pode falar de rotura em termos de corte de relações diplomáticas. Não chegámos a estar nesse ponto. Estivémos sim numa situação tensa, motivada pelos mal-entendidos que se geraram a partir do momento em que o nosso encarregado de negócios regressou a Portugal, e que consequentemente o contacto entre os dois países ficou mais ou menos cortado. A partir daí, alguns observadores políticos fizeram certas especulações nesse sentido. De resto tive ocasião de presenciar um facto, de certo modo idêntico, para o qual aproveitei para chamar a atenção: recentemente o embaixador belga em Kinshasa teve vinte e quatro horas para recolher ao seu país, devido a problemas relacionados também com certas afirmações que apareceram na imprensa belga, relativamente ao Zaire; ora isto, que já se passou há tempos, faz com que a embaixada belga no Zaire, continue fechada.

**EXPRESSO:** Portanto isso significa um corte de relações?

**V.A.:** Eu diria que há uma interrupção neste momento, nas relações entre os dois países.

**EXPRESSO:** A partir das suas conversações e da sua estadia no Zaire, do conhecimento que tem hoje do Presidente Mobutu, quais lhe parecem ser hoje as suas disposições em relação a Angola?

**V.A.:** De tudo o que conversei com ele, das conversas que igualmente mantive com o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Buiça, fiquei com a noção muito certa de que as intenções do Zaire são intenções de paz para Angola. Por outro lado, parece-me digno de ter em conta, que essa

paz é necessária, é fundamental (também para o próprio Zaire. Tudo aquilo que o Governo Português, possa portanto fazer, de acordo com os três Movimentos de Libertação, para que a paz seja um facto em Angola, serve o Zaire, como serve o Congo Brasa, como serve eventualmente a, isto é, todos os países vizinhos de Angola.

Porque uma situação de grande agitação, e em limite uma situação de guerra: em determinado território, tem sempre influência nos países que o rodeiam. E tanto assim é, que durante os treze anos de guerra em Angola, o Zaire sentiu bem esses efeitos, ao ponto de ter recebido cerca de um milhão de angolanos que esboçaram esse país para se refugiarem; ora claro que isto desequilibra fatalmente um país. Evidentemente, que também poderemos dizer que durante essa mesma guerra o Zaire apoiou francamente os Movimentos de Libertação, todos, até uma certa altura, e a partir daí, só o FNLA. Mas também isso é um reflexo da própria guerra que existia. Mas tudo isto, para confirmar que para o Presidente Mobutu é fundamental a paz em Angola. De resto, no comunicado divulgado após esta minha viagem, era bem clara a intenção de Portugal (por uma razão) e do Zaire (por outra), estarem ambos muitíssimos interessados numa situação de paz para aquele nosso território.

Não creio, por isso, pelo que me foi dado ouvir e pelas afirmações que me foram proferidas e em cuja sinceridade eu quero acreditar, que o Zaire esteja interessado em contribuir para o agravamento da situação, ou mesmo em tomar conta de qualquer parcela do território angolano.

**EXPRESSO:** Pode, então dizer-se que as nossas relações com Mobutu são francamente boas? Tendo em conta aquilo que me tem vindo a dizer?

V.A.: Bom, depois desta minha ida lá, integrado na missão, esclareceremos os mal entendidos, e de uma forma frontal, isto é, não através de "palavras encobertas", mas pelo contrário, muito claramente através da reafirmação da nossa posição já assinada nos acordos de Alvor, no nosso respeito pelo três Movimentos de Libertação, respeito que engloba o considerá-los aos três ao mesmo nível, e tal ponto que Portugal não

tomará posições que não sejam de acordo com os três movimentos, bem como o respeito por uma neutralidade total em relação a eles.

Foram estes os principais pontos que aclararam uma parte do problema...

**EXPRESSO:** E quanto à entre? V.A.: Fizemos ver às autoridades do Zaire que nenhum dos artigos nem nenhuma das afirmações a que o Presidente do Zaire se referia, tinham sido proferidas oficialmente, ou tinham sido resultado de iniciativas do Governo ou do Conselho da Revolução...

**EXPRESSO:** Mas não pode especificar, o mais concretamente que lhe for possível, a que artigos se refere? Ou melhor, a que afirmações se refere Mobutu?

V.A.: Vários artigos saídos da nossa imprensa... E por conseguinte, foi mostrado claramente que da parte do Presidente da República ou do C. da Revolução nunca houve uma tomada de posição que de qualquer modo representasse uma ingerência nos assuntos internos do seu país, ou uma falta de respeito para com os seus dirigentes.

**EXPRESSO:** Gostaria que me dissesse como se dividem os poderes portugueses em relação ao MPLA e à FNLA?

V.A.: Como já lhe disse há pouco, e isso ficou bem expresso nos acordos de Alvor, nós apoiamos igualmente não só o MPLA como a FNLA como também a UNITA. São os três Movimentos de Libertação com os quais nós acordámos conduzir o processo de descolonização em Angola, e aos quais passaremos a soberania de Angola em 11 de Novembro, conforme está decidido sesses meses atrás.

**EXPRESSO:** Como é que Mobutu vê a UNITA?

V.A.: Não sei se sabe que, pouco tempo antes de eu ter estado no Zaire, o Presidente Savimbi tinha lá estado também, em conversações com Mobutu. E foi mesmo Mobutu quem me afirmou que via de igual modo o apoio que daria aos três Movimentos de Libertação, no sentido da obtenção da paz para Angola. Também me disse que iria exercer todos os seus esforços para con-